



Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Relatório do auditor Independente acompanhado das demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório da Administração	6
Demonstrações contábeis	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	18

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Voluntários da Pátria, 89 - 5º andar
Salas 503 e 504 - Botafogo (RJ) Brasil

T +55 21 3512-4100

Aos
Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tijóá Participações e Investimentos S.A. (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tijóá Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

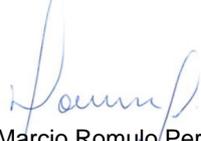
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e permanecemos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Perfil Corporativo

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (“Tijoá” ou “Companhia”) é a concessionária da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos” ou “Usina”), responsável por sua administração, operação e manutenção.

A concessão da UHE Três Irmãos foi outorgada à Tijoá através do Leilão ANEEL 02/2014 e está regulada pelo Contrato de Concessão nº 03/2014-MME-UHE Três Irmãos, celebrado com a União para geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às Concessionárias do Serviço Público de Distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN), com prazo de vigência de 30 anos contados a partir de 10 de outubro de 2014.

A UHE Três Irmãos está localizada no município de Andradina, Estado de São Paulo, na região do Baixo Tietê. Possui cinco unidades geradoras, capacidade instalada de 807,5 MW e energia assegurada de 217,5 MW.

Em 12 de julho de 2022 a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 3.068 reajustou a Receita Anual de Geração da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, nos termos do Contrato de Concessão para o período de 01/07/2022 a 30/06/2023.

2. Estrutura Societária

A Tijoá está organizada na forma de uma sociedade anônima fechada e tem como acionistas a Juno Participações e Investimentos S.A., com 50,1% das ações, e FURNAS Centrais Elétricas S.A., com 49,9% das ações.

3. Perspectivas da Administração

Ultrapassado o período de incertezas gerado pela pandemia do coronavírus, a administração segue na revisão, busca contínua da melhoria e modernização de seus processos internos, utilizando um conjunto de boas práticas no padrão ESG de sustentabilidade, consciência social e governança, visando a geração de valores aos acionistas e a execução do Contrato de Concessão.

Em conformidade com as obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão e em concordância com o Plano de Investimento de Longo Prazo para Operação e Manutenção da Usina, durante o ano de 2023, a Tijoá aplicará recursos e esforços para: (i) a modernização do sistema digital de supervisão e controle (SDSC) da usina; (ii) a modernização do quadro de comando e supervisão da comporta de emergência da unidade geradora 02; (iii) a implantação do sistema de lubrificação do mancal guia inferior para partida lenta nas unidades geradoras 01 a 04; (iv) a implantação de um sistema fechado de televisão (CFTV); (v) a aquisição de filtros autolimpantes para água de selagem do vedador do eixo das unidades geradoras 02 a 05; (vi) a substituição de um compressor de ar do sistema de ar de cavitação.

Serão ainda realizados serviços de: (i) sequência do *retrofit* da pintura interna da usina; (ii) a pintura no pórtico de saída das linhas de transmissão (linhas curtas) entre usina e subestação; (iii) reparo no vedador do eixo da unidade geradora 04; (iv) manutenção preventiva no transformador regulador para os serviços auxiliares de corrente alternada da usina; (v) a substituição da cobertura de policarbonato edifício centralizado; (vi) a recuperação do transformador de excitação (TEX) da unidade geradora 05.

No que se refere à gestão ambiental e fundiária, a Companhia dará seguimento ao planejamento e execução dos vários projetos que visam atendimento às condicionantes da Licença Ambiental de Operação (LO) estabelecidas pelas agências reguladoras competentes.

Na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Companhia dará prosseguimento aos projetos de Controle de Infestação do Mexilhão Dourado por Indução Genética da Infertilidade, que deverá ser finalizado no início do ano de 2023; e ao projeto de Avaliação da Biodiversidade do Reservatório com o uso de DNA ambiental e *metabarcoding*.

4. Principais Realizações de 2022

4.1. Operação e Manutenção

No ano de 2022 a Usina gerou 634.022 MWh que foram despachados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Manteve o índice de disponibilidade acima do índice mínimo exigido (89,581%), de acordo com a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 125 de 17 de abril de 2013, sendo o último índice verificado no ano de 95,328%. O índice apurado no final de 2022 representou um acréscimo de 0,209% em relação ao valor verificado no último índice do ano anterior.

Durante o ano de 2022 foram realizadas: (i) a substituição de três compressores do sistema de ar de serviços da usina; (ii) a implantação do sistema de monitoramento de vibração e temperatura das unidades geradoras; (iii) a implantação do sistema de medição de nível de montante e jusante da usina; (iv) a aquisição e instalação de um filtro autolimpante para a água de selagem do vedador do eixo da unidade geradora 01; (v) a instalação de uma linha de vida no piso do Canal de Fuga, visando dar maior segurança às atividades no local; (vi) a adequação dos guarda-corpos do mezanino do piso do gerador, na sala de máquina da casa de força; (vii) a finalização de pintura da fachada da usina, das paredes corta-fogo dos transformadores e da fachada dos vertedouros; (viii) a modernização dos três elevadores da usina; (ix) a motorização do portão da área de montagem (AM); (x) aquisição e substituição do cabo de aço do Pórtico 750kN para elevação auxiliar; (xi) pintura do túnel de acesso à casa de força da UHE Três Irmãos, do elevador da área de montagem (AM) da UHE Três Irmãos e da escada vertical adjacente; (xii) a reforma da copa e do banheiro do edifício de comando da usina; (xiii) a reinstalação das boias de sinalização náutica; (xiv) a adequação da sala do Centro de Operação da Geração Tijoá, com o fechamento total da sala de vidro.

Além disso, a Tijoá adquiriu para a usina (i) um instrumento portátil localizador de falhas de isolamentos e (ii) um conjunto de novos guarda-corpos para proteção dos nichos das comportas e vertedouros em períodos de manutenção.

Destacam-se ainda: (i) a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB); (ii) a Revisão do Plano de Segurança de Barragem; (iii) a realização dos treinamentos de evacuação da usina, em atendimento ao Plano de Atendimento de Emergência e Lei nº 14.066 (Segurança de Barragem); (iv) o desenvolvimento de uma nova aplicação interna para o Controle Hidráulico da usina, compondo o Sistema de Gestão e Produção.

Por fim, em 2022 foram iniciados os projetos de: (i) modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle da usina, com a avaliação do projeto básico; (ii) implantação de sistema de monitoramento dos transformadores elevadores; (iii) lubrificação do mancal guia inferior das unidades geradoras 01, 02, 03 e 04 (partida lenta); (iv) implantação de um circuito fechado de televisão (CFTV) para a UHE Três Irmãos; (v) implantação de sistema de monitoramento de descargas parciais nos geradores 01 a 05.

4.2. Desempenho Econômico e Financeiro

O desempenho econômico e financeiro correspondente às operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi:

Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro (Em milhares de reais)

O EBITDA de 2022 atingiu o valor de R\$ 125,6 milhões e o Lucro Líquido do exercício foi de R\$79,6 milhões.

	2022	2021
(+) Receita anual de geração (RAG)	289.874	269.861
(+) Receita de serviços	12	72
(=) Receita bruta	289.886	269.933
(-) Tributos	(26.815)	(24.971)
(=) Receita operacional líquida	263.071	244.962
(-) Encargos de geração	(100.396)	(100.178)
(-) Custos de O&M	(13.153)	(15.085)
(-) Custos com pessoal	(13.886)	(12.702)
(-) Seguros operacionais	(1.980)	(1.603)
(=) Lucro operacional	133.656	115.394
(-) Despesas gerais e administrativas	(7.993)	(7.135)
(=) EBITDA	125.663	108.259
(-) Depreciação e amortização	(6.059)	(1.625)
(-) Resultado financeiro líquido	1.195	216
(=) Lucro antes do IR e CS	120.799	106.850
(-) IRPJ e CSLL	(41.193)	(36.160)
(=) Lucro líquido do exercício	79.606	70.690

4.3. Recursos Humanos

A Tijoá realizou para todos os seus funcionários a condução e facilitação de quatro *workshops* presenciais com o objetivo de trabalhar e conscientizar líderes e equipes sobre os comportamentos esperados com base nos valores da organização.

Nessa ocasião foi apresentado também o atual programa de compliance que é composto pela Política de Compliance, Anticorrupção e Integridade, Código de Ética e Código de Conduta.

O primeiro workshop foi realizado dia 21 de setembro, no Hotel Windsor, para os funcionários do Rio de Janeiro, e os demais nos dias 4, 5 e 6 de outubro, na Usina.

A participação dos funcionários foi bastante efetiva em todos os *workshops* conduzidos, e a Companhia considerou que a sensibilização sobre a temática central foi atingida.

Foram incluídos novos fundos de investimentos no benefício de Previdência Privada oferecido para todos os funcionários, e a apresentação – com explicação detalhada de cada fundo – ocasionou um aumento na adesão ao benefício.

Concluiu-se a implantação do módulo SST do Protheus referente ao controle de Medicina do Trabalho via e-social. Com a implementação dessa ferramenta ficou automatizado o envio dos documentos obrigatórios de Saúde e Segurança Ocupacional, tais como PCMSO, PGE e PPP.

Foram feitos investimentos em capacitação e treinamentos individuais para funcionários de diversas áreas de produção e administração, totalizando 500 horas/ano. Os treinamentos incluíram simpósios, cursos técnicos, seminários e cursos de atualização específicos para profissionais das diversas áreas envolvidas. Atualmente sete funcionários frequentam cursos universitários de Graduação, Especialização e MBA.

4.4. Meio Ambiente

A Licença Ambiental de Operação da UHE Três Irmãos foi emitida para a Tijoá pela CETESB em 10 de outubro de 2014 e em 2021 foi solicitada a sua renovação dentro do prazo estabelecido, o que mantém a operação da UHE Três Irmãos regular perante o licenciamento ambiental do empreendimento. Todas as condicionantes da Licença Ambiental de Operação estão sendo cumpridas. Além disso, a Tijoá também atende outras exigências de cunho ambiental, estabelecidas por agências reguladoras como ANA e ANEEL.

A Companhia firmou no final de 2022 o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) tendo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) como Interveniente Anuente. A exigência de criação de Unidades de Conservação foi estabelecida no processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, quando de sua implantação em 1990 pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). O TCCA é um dispositivo previsto na legislação vigente e resolveu definitivamente a questão ao substituir a forma de atendimento à exigência de compensação ambiental expressa na condicionante 1.10 da Licença de Operação – LO, da via direta (aquisição de terras), pela via indireta (pagamento de valor pecuniário).

Outros destaques do ano de 2022 no âmbito do atendimento das condicionantes ambientais da LO são listados a seguir:

- ações de implantação do corredor ecológico entre a Mata do Maturi e o Parque do Rio do Peixe, com o início da delimitação das duas travessias previstas no projeto do corredor;
- o início do processo de reprodução dos cervos-do-pantanal, no âmbito do Convênio de Cooperação Técnico-Científica para o Projeto Manejo e Conservação do Cervo-do-pantanal celebrado entre a Tijoá, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão (FUNEP);
- a disseminação das ferramentas virtuais de Educação Ambiental disponibilizadas no *site* da Tijoá para as prefeituras dos municípios adjacentes ao entorno do reservatório, por meio da apresentação ao público de *podcasts*, cartilha e roteiros de vídeo contendo informações ambientais e boas práticas junto às respectivas comunidades.

No que se refere ao atendimento às demandas das agências reguladoras na área de meio ambiente fundiário, em 2022, é possível destacar:

- a regularização de 983 (31%) – do total de 3.138 – estruturas irregulares instaladas por terceiros, identificadas na borda do reservatório;
- a aprovação, pela Agência Nacional de Águas do estudo da Curva Cota x Área x Volume do reservatório, em atendimento à Resolução Conjunta ANA/Aneel nº 03.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, fornecedores, clientes, e, em especial, a nossos colaboradores que contribuíram para o cumprimento dos objetivos da Tijoá.

Conselho de Administração

Titulares: Mariana de Mello Vaz Albuquerque, Carlo Alberto Bottarelli, Roberto Solheid da Costa de Carvalho e Anderson Lanna Alves Bittencourt,

Suplentes: Dorival Pagani Junior e João Villar Garcia

Conselho Fiscal

Titulares: Leonardo de Souza Pereira, Bruno Shigueyoshi Oshiro e Fabio Ribeiro Pizzo

Suplente: Paulo Roberto Franceschi

Diretoria

Diretor Técnico: Newton Lins Buarque Sucupira Filho

Diretor Administrativo e Financeiro: Luiz Alberto Küster

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.426	5.473
Aplicação financeira vinculada	5	346	7.567
Contas a receber	6	26.352	23.294
Impostos a recuperar	7	831	328
Outros créditos	8	4.683	4.552
Total do ativo circulante		<u>43.638</u>	<u>41.214</u>
Ativo não circulante			
Depósito caução - aluguel		42	42
Outros créditos	8	103	427
Impostos diferidos	24(a)	644	529
Imobilizado	9	59.149	52.991
Intangível	10	37.361	4.470
Total do ativo não circulante		<u>97.299</u>	<u>58.459</u>
Total do ativo		<u>140.937</u>	<u>99.673</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	11	12.639	2.948
Encargos do setor	12	13.214	12.534
Partes relacionadas	13	847	665
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	2.050	1.866
Provisões participações nos lucros, gratificações, bônus e encargos	15	2.057	1.848
Impostos e contribuições a recolher	16	<u>3.368</u>	<u>3.904</u>
Total do passivo circulante		<u>34.175</u>	<u>23.765</u>
Passivo não circulante			
Contas a pagar	11	22.814	-
Provisão para riscos judiciais	27	182	20
Obrigações especiais	17	<u>26.599</u>	<u>27.637</u>
Total do passivo não circulante		<u>49.595</u>	<u>27.657</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	13.801	13.801
Reservas de lucros	18.2	<u>43.366</u>	<u>34.450</u>
Total do patrimônio líquido		<u>57.167</u>	<u>48.251</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>140.937</u>	<u>99.673</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijó Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita líquida de produtos e serviços operacionais	19	256.152	236.255
Custo dos produtos e serviços	20	(128.202)	(121.659)
Lucro bruto		<u>127.950</u>	<u>114.596</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(8.346)	(7.962)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>119.604</u>	<u>106.634</u>
Receitas financeiras	22	2.064	594
Despesas financeiras	22	(869)	(378)
Resultado financeiro		<u>1.195</u>	<u>216</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		<u>120.799</u>	<u>106.850</u>
IRPJ e CSLL - Corrente	24(b)	(41.309)	(36.689)
IRPJ e CSLL - Diferido	24(b)	116	529
Lucro líquido do exercício		<u>79.606</u>	<u>70.690</u>
Lucro por ação - Em R\$	18.4	<u>5,77</u>	<u>5,12</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado do exercício	79.606	70.690
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>79.606</u>	<u>70.690</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2020		13.801	2.760	18.800	10.000	-	45.361
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	70.690	70.690
Constituição de reservas		-	-	31.690	-	(31.690)	-
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(18.800)	-	(39.000)	(57.800)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	18.3	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Em 31 de dezembro de 2021		13.801	2.760	31.690	-	-	48.251
Lucro líquido do exercício	18.3	-	-	-	-	79.606	79.606
Constituição de reservas		-	-	40.606	-	(40.606)	-
Distribuição de dividendos	18.3	-	-	(31.690)	-	-	(31.690)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	18.3	-	-	-	-	(39.000)	(39.000)
Em 31 de dezembro de 2022		13.801	2.760	40.606	-	-	57.167

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijó Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	120.799	106.850
	<u>120.799</u>	<u>106.850</u>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	162	20
Depreciações e amortizações	7.104	2.662
Obrigações especiais	(1.038)	(1.038)
	<u>127.027</u>	<u>108.494</u>
Resultado ajustado		
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	(3.058)	(93)
Impostos a recuperar	(503)	(225)
Outros créditos	194	(2.251)
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	2.231	(8)
Encargos do setor	680	(185)
Partes relacionadas	182	(516)
Salários e encargos sociais a recolher	184	275
Provisões PLR, gratificações, bônus e encargos	209	1.848
Impostos e contribuições a recolher	(3.525)	(1.954)
Outras obrigações	-	(1)
Impostos e contribuições pagos	(38.320)	(33.742)
	<u>85.301</u>	<u>71.642</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais		
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	28	(16.869)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	990	-
Dividendos pagos	(70.690)	(67.800)
Aplicação financeira vinculada	7.221	396
	<u>(79.348)</u>	<u>(78.991)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento		
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.953</u>	<u>(7.349)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.473	12.822
No final do exercício	11.426	5.473
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.953</u>	<u>(7.349)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
1. Receitas	289.886	269.933
Vendas produtos e serviços	289.886	269.933
2. Insumos adquiridos de terceiros	<u>(124.462)</u>	<u>(125.756)</u>
Custos dos produtos e serviços	(118.952)	(120.890)
Materiais, serviços e outros	(5.510)	(4.866)
3. Valor adicionado bruto (1 - 2)	165.424	144.177
4. Retenções	<u>(6.029)</u>	<u>(1.625)</u>
Depreciação e amortização	(6.029)	(1.625)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3 - 4)	159.395	142.552
6. Valor adicionado recebido em transferência	<u>2.064</u>	<u>594</u>
Receitas financeiras	2.064	594
7. Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	<u>161.459</u>	<u>143.146</u>
8. Distribuição do valor adicionado	<u>161.459</u>	<u>143.146</u>
Pessoal e encargos	<u>15.086</u>	<u>14.097</u>
Remuneração direta	9.839	9.372
Benefícios	4.525	4.084
F.G.T.S	722	641
Impostos, taxas e contribuições	<u>65.876</u>	<u>57.943</u>
Federais	65.842	57.911
Estaduais	17	13
Municipais	17	19
Remuneração do capital de terceiros	<u>891</u>	<u>416</u>
Juros	372	9
Aluguéis	22	38
Outras	497	369
Juros sobre capital próprio e dividendos	<u>39.000</u>	<u>39.000</u>
Dividendos	39.000	39.000
Lucros retidos	<u>40.606</u>	<u>31.690</u>
Lucros retidos	40.606	31.690

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia ou Concessionária) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de dezembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a receber receita a partir de outubro de 2014.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pela diretoria em 27 de janeiro de 2023.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- **Alteração do IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- **IFRS 17 Contratos de Seguros** – A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice statements 2 – Divulgação de políticas contábeis**: alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e erro** – esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro** – Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado. Essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e provisão para risco de crédito

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das provisões para risco de crédito, a qual é reconhecida considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos ou realizou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A Companhia reconhece ativo de direito de uso e seu respectivo passivo de arrendamento para os contratos de bens de valor significativo e prazo superior a 12 meses, a valor presente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

h) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

l) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	93	97
Aplicações financeiras	11.333	5.376
	11.426	5.473

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

As aplicações financeiras equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário – CDB, em instituições financeiras de primeira linha, remunerado às taxas de 101% e 100,2% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco.

5. Aplicação financeira vinculada

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras – Fiança	346	7.567
	346	7.567

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo da conta está aplicado em (CDB) Certificado de Depósito Bancário, em instituições financeiras de primeira linha, remunerados a taxa 100% do (CDI) e bloqueado para movimentação em garantia para Carta de fiança. Em 07 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 8.019 foi desbloqueado e transferido para caixa e equivalente de caixa para livre movimentação da Companhia.

6. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber – Terceiros (a)	-	79
Suprimento de energia – CCGF (b)	26.352	23.215
	26.352	23.294

(a) O montante a receber refere-se ao contrato com DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes nº 766/2020.

(b) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, e faturadas conforme CCGF-Contrato de Cotas de Garantia Física.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	26.352	23.275
Vencidos a mais de 90 dias	-	19
	26.352	23.294

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para provisões para risco de crédito, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração da Companhia decidiu que não existe a necessidade de constituição e reconhecimento de perdas estimadas.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a recuperar	29	1
PIS a recuperar não cumulativo	143	-
COFINS a recuperar não cumulativo	659	-
ICMS a recuperar	-	2
IRRF a recuperar	-	30
IRPJ a recuperar	-	221
CSLL a recuperar	-	74
	831	328

8. Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros	1.998	1.704
Carta fiança	161	207
Adiantamento fornecedores	-	7
Adiantamento de férias	35	21
Adiantamento despesas de viagem	-	1
Projetos de P&D (*)	2.489	2.612
Total circulante	4.683	4.552
Bloqueios judiciais trabalhistas	100	367
Bloqueios judiciais cíveis	3	60
Total não circulante	103	427
	4.786	4.979

(*) Trata-se de projetos em cumprimento da Lei 14.120 /2021, os projetos tem previsão para conclusão no ano de 2023.

9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço						Imobilizado em curso					Total
	Máquinas e equipamentos (a)	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Ativo de direito de uso (b)	Máquinas e equipamentos	Veículos	Adiantamento a fornecedores	Edificações, obras civis e benfeitorias terceiros	Peças sobressalentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	41.143	358	232	743	534	109	687	-	91	123	3.740	47.760
Adições	15	-	-	-	-	10	4.519	104	541	6.339	59	11.587
Transferências	1.473	104	4	746	(190)	-	(1.846)	(104)	(476)	(4.121)	99	(4.311)
Depreciação	(1.676)	(61)	(17)	(31)	(141)	(119)	-	-	-	-	-	(2.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.955	401	219	1.458	203	-	3.360	-	156	2.341	3.898	52.991
Adições	-	-	-	-	-	289	3.932	-	1.454	3.558	67	9.300
Transferências	10.036	37	7	-	-	-	(3.938)	-	(156)	(5.899)	(132)	(45)
Baixas	-	-	-	-	-	-	(781)	-	-	-	(209)	(990)
Depreciação	(1.931)	(90)	(17)	(30)	(8)	(31)	-	-	-	-	-	(2.107)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.060	348	209	1.428	195	258	2.573	-	1.454	-	3.624	59.149
Taxa média de depreciação %	8%	14%	6%	2%	3%	50%						

(a) Os valores referem-se ao projeto de adequação das estruturas da usina para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

(b) Em atendimento ao CPC 06/IFRS 16, a Companhia registrou como ativo de direito de uso o contrato de aluguel da sua sede administrativa. A amortização do direito de uso foi calculada pelo prazo do contrato de locação.

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

10. Intangível

	Gastos Socioambientais	Licenças de uso e Software	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	776	-	776
Transferências (*)	-	-	4.311	4.311
Amortização	-	(152)	(465)	(617)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	624	3.846	4.470
Adições (**)	37.843	-	-	37.843
Transferências (*)	3.846	45	(3.846)	45
Amortização	(4.609)	(388)	-	(4.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.080	281	-	37.361
Taxa média de amortização %	17%	20%		

(*) Refere-se a itens transferidos do imobilizado para o intangível para melhor classificação contábil. Substancialmente o saldo refere-se à benfeitoria na UNESP, conforme convênio assinado de 05 anos, sendo amortizado pelo prazo do contrato. Em 2022 o valor foi transferido de benfeitorias para sócio ambientais.

(**) O valor registrado refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmado com Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo em 23/12/2022. Esses gastos socioambientais estão associados à licença de operação e como beneficiarão mais de um exercício, foram classificados no ativo intangível. Serão amortizados pelo prazo de vigência da licença ambiental. (Vide Nota Explicativa nº 11).

11. Contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços (a)	4.923	2.948
Passivo de arrendamento (b)	148	-
Obrigações socioambientais (c)	7.568	-
Total circulante	12.639	2.948
Materiais e serviços (a)	-	-
Passivo de arrendamento (b)	108	-
Obrigações socioambientais (c)	22.706	-
Total não circulante	22.814	-

(a) É composta principalmente por saldos a pagar a fornecedores de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza e imobilizado.

(b) Vide Nota Explicativa nº 9.

(c) Em 23 de dezembro de 2022, a Companhia firmou Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo para a obtenção da Licença. O valor da compensação ambiental objeto deste TCCA foi calculado considerando os valores para ampliação do PE Rio do Peixe e para reflorestamento da Reserva Lagoa São Paulo, correspondendo a R\$ 37.843, que será pago em 5 (cinco) parcelas anuais e subsequentes, cada uma no valor de R\$ 7.569, vencendo a primeira no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Compromisso e as demais na mesma data dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão atualizadas pela variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Obrigações socio ambientais (c)	31/12/2022	31/12/2021
A vencer 2023	7.568	-
A vencer 2024	7.568	-
A vencer 2025	7.569	-
A vencer 2026	7.569	-
	30.274	-

12. Encargos do setor

	31/12/2022	31/12/2021
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	4.208	4.368
TFSEE - Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	57	50
CFURH - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	647	646
TUST - Tarifa de uso do sistema de transmissão e conexão	8.302	7.470
	13.214	12.534

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 14.120/2021, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13. Partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Furnas Centrais Elétricas S.A.	847	(9.603)	665	(11.407)
	847	(9.603)	665	(11.407)

O saldo do passivo e resultado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, referem-se aos valores referentes ao encargo da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	597	519
Provisões para férias e encargos	1.398	1.292
Honorários da administração e encargos	55	55
	2.050	1.866

15. Provisões participação nos lucros, bônus e encargos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de gratificações para empregados	1.712	1.534
Provisões bônus e encargos para administração	345	314
	2.057	1.848

16. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF PJ retido de terceiros	18	13
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	50	47
INSS retido de terceiros	43	130
ISS retido de terceiros	40	37
IRPJ a recolher	1.172	1.536
CSLL a recolher	549	793
PIS a recolher	267	240
COFINS a recolher	1.229	1.107
ICMS a recolher	-	1
	3.368	3.904

17. Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta “Obrigações especiais – Passivo não circulante”.

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa nº 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os saldos da conta estão demonstrados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações especiais	26.599	27.637
	26.599	27.637

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887	6.887
	13.801	13.801

18.2. Reservas

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal (a)	2.760	2.760
Reserva de lucros (b)	40.606	31.690
Total de Reservas	43.366	34.450

(a) Reserva legal é constituída no montante de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

(b) Em 29 de março de 2022, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição de parte da reserva de lucros de 2021 no montante de R\$ 15.000 e pagos aos acionistas em abril de 2022. Em 05 de julho de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição do saldo da reserva de lucros de 2021 no montante de R\$ 16.690.

18.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	79.606	70.690
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(40.606)	(31.690)
(-) Dividendos propostos/pagos	(39.000)	(39.000)

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no exercício, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

Em 16 de junho de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 6.000 e pagos aos acionistas em junho de 2021.

Em 09 de agosto de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em agosto de 2021.

Em 12 de novembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 10.000 e pagos aos acionistas em novembro de 2021.

Em 21 de dezembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 13.000 e pagos aos acionistas em dezembro de 2021.

Em 29 de março de 2022, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária AGOE, os acionistas aprovaram a distribuição de parte do lucro de 2021 no montante de R\$ 15.000 e pagos aos acionistas em abril de 2022.

Em 05 de julho de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição do saldo do lucro de 2021 no montante de R\$ 16.690 e dividendos intermediários no montante de R\$ 3.000 pagos aos acionistas em julho de 2022.

Em 07 de outubro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 18.000 e pagos aos acionistas em outubro de 2022.

Em 30 de novembro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária AGE, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 18.000 e pagos aos acionistas em dezembro de 2022.

18.4. Lucro por ação

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	79.606	70.690
Quantidade de ações	13.801.000	13.801.000
Lucro por ação - Em R\$	5,77	5,12

19. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas (ou serviços)	289.886	269.932
Deduções da receita		
(-) PIS - Programa de integração social	(4.783)	(4.454)
(-) COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	(22.031)	(20.515)
(-) ISS - Imposto sobre serviço	-	(2)
(-) Encargos setoriais (*)	(6.920)	(8.706)
(-) Total deduções da receita operacional	(33.734)	(33.677)
Receita operacional líquida	256.152	236.255

(*) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

20. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custo serviços de terceiros	(11.351)	(13.083)
Custo com pessoal	(13.886)	(12.702)
Custos com encargos do setor (*)	(93.477)	(91.473)
Materiais	(1.348)	(1.962)
Depreciação	(823)	(522)
Amortização	(4.883)	(275)
Seguros	(1.980)	(1.603)
Outros	(454)	(39)
	(128.202)	(121.659)

(*) Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST e Tarifas de Uso do Sistema de Conexão.

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Honorários, encargos e benefícios da administração e do conselho fiscal	(1.991)	(1.777)
Bônus e encargos da administração	(345)	(314)
Pessoal e encargos	(3.838)	(3.665)
Serviços de terceiros	(1.292)	(1.091)
Viagens	(133)	(32)
Depreciação	(239)	(485)
Amortização	(114)	(342)
Materiais e outros	(100)	(105)
Gastos com ocupação	(203)	(122)
Outros	(91)	(29)
	(8.346)	(7.962)

22. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	1.993	539
Outras receitas financeiras	71	55
	2.064	594
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(322)	(284)
Outros juros, multas e atualizações	(547)	(94)
	(869)	(378)
Resultado financeiro	1.195	216

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos das atividades de seus negócios.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da companhia é quase nulo porque a companhia não possui financiamentos e as aplicações financeiras são mantidas em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

c) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2022, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos patrimoniais

	31/12/2022	31/12/2021
Diferença temporária - PLR/Gratificações	1.712	1.534
Diferença temporária – Provisões para litígios	182	20
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo	644	529

b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	120.799	106.850
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal	41.072	36.329
(Adições) / exclusões temporárias (a)	116	529
(Adições) / exclusões permanentes (b)	365	151
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	-	(119)
Lei do Bem	(220)	(177)
Outros (c)	(24)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(41.309)	(36.689)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	116	529
Total	(41.193)	(36.160)
Alíquota efetiva	34%	34%

(a) Adição/exclusão dos valores correspondentes a provisões de gratificação e encargos, e provisões para litígios;

(b) Adição/exclusão dos valores correspondentes a benefícios da diretoria e doações;

(c) Parcela isenta do adicional do Imposto de Renda.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Abaixo demonstramos as apólices em vigor:

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2023	30.000	27
Riscos operacionais	07/11/2023	2.369.649	2.151
D & O	30/07/2023	20.000	28
Risco conteúdo	14/02/2023	500	1
Veículos	25/05/2023	604	16

26. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de agosto de 2022, foi aprovada a correção da remuneração global atualmente praticada aos Administradores da Companhia que passará a ser de R\$ 2.336.

A destinação deste montante foi dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A.

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos exercícios está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 21.

27. Provisão para riscos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, ambientais e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Em 31 de dezembro de 2021, havia um saldo de provisão de R\$ 20 que foi revertido em junho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 foi provisionado o valor de R\$ 182 de causas trabalhistas classificadas como perdas prováveis.

As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas como a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Riscos trabalhistas	1.636	649
Riscos cíveis	-	10

28. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Adição de intangível (*)	37.843	-
Pagamento parcela 1/5	(7.568)	-
Efeito não caixa	30.274	-

(*) Conforme notas explicativas nº 10 e 11, o valor registrado refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) firmado com Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente e na qualidade de Interviente Anuente, a CETESB a ser liquidado em 5 (cinco) parcelas anuais.

* * *